



## Agricultoras na construção de Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs) no Estado do Paraná, Brasil

Women farmers building Ecological Family Agro-Industrial Systems (SAFEs) in Paraná, Brazil

Mujeres agricultoras en la construcción de Sistemas agroindustriales familiares ecológicos (SAFEs) en Paraná, Brasil

**Milena Demetrio**

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional*

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil*

mih.demetrio@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7975-8102>

**Marcio Gazolla**

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional*

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil*

marciogazolla1@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

**Josiane Carine Wedig**

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional*

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil*

josiwedig@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4569-6956>

### Resumo

Este artigo aborda as contribuições de agricultoras na agregação de valor aos alimentos produzidos em Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs), no Sudoeste do Paraná (BR). Os SAFEs fazem parte das redes agroalimentares alternativas ao sistema alimentar hegemônico, oferecendo alimentos artesanais, ecológicos, culturais e comercializados por cadeias curtas. Neste contexto, as mulheres são as que mais consomem alimentos saudáveis e buscam uma produção sustentável. Apesar da importância do trabalho das agricultoras, uma parte de sua jornada de trabalho é desconsiderada por não gerar valor monetário direto. A partir do método de história de vida tópica, analisou-se a contribuição das mulheres na criação e funcionamento dos SAFEs tanto nas dimensões produtivas quanto reprodutivas. Os resultados mostraram que elas têm contribuição significativa em todas as atividades dos SAFEs além de serem majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico.

**Palavras-chave:** Mulheres Rurais, Agricultura Familiar, Alimentação, Sustentabilidade, Desenvolvimento Rural e Regional.

### Abstract

This article discusses the contributions of women farmers in adding value to food produced in Ecological Family Agro-Industrial Systems (SAFEs) in the southwest of Paraná (BR). SAFEs are part of agri-food networks that are alternatives to the hegemonic food

Recepción: 30 Octubre 2023 | Aceptación: 11 Marzo 2024 | Publicación: 01 Agosto 2024

**Cita sugerida:** Demetrio, M., Gazolla, M. y Wedig, J. C. (2024). Agricultoras na construção de Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs) no Estado do Paraná, Brasil. *Mundo Agrario*, 25(59), e249. <https://doi.org/10.24215/15155994e249>



system, offering artisanal, ecological, and cultural foods marketed through short chains. In this context, women are the ones who consume the healthiest food and seek sustainable production. Despite the importance of women farmers' work, part of their working day is disregarded because it does not generate direct monetary value. Using the topical life history method, the contribution of women to the creation and functioning of SAFEs was analyzed in both the productive and reproductive dimensions. The results showed that women significantly contribute to all the SAFEs' activities and are primarily responsible for domestic work.

**Keywords:** Rural women, Family Farming, Food, Sustainability, Rural and regional development.

## Resumen

Este artículo analiza la contribución de las mujeres agricultoras en la valorización de los alimentos producidos en los Sistemas Agroindustriales Familiares Ecológicos (SAFEs) del sudoeste de Paraná (BR). Los SAFEs forman parte de redes agroalimentarias alternativas al sistema alimentario hegemónico, ofreciendo alimentos artesanales, ecológicos y culturales que se comercializan a través de cadenas cortas. En este contexto, las mujeres son las que consumen los alimentos más sanos y buscan una producción sostenible. A pesar de la importancia del trabajo de las agricultoras, parte de su jornada laboral no se tiene en cuenta porque no genera un valor monetario directo. Utilizando el método de la historia de vida tópica, se analizó la contribución de las mujeres a la creación y funcionamiento de los SAFE tanto en la dimensión productiva como reproductiva. Los resultados mostraron que las mujeres contribuyen significativamente a todas las actividades de los SAFE, además de ser las principales responsables del trabajo doméstico.

**Palabras clave:** Mujeres rurales, Agricultura familiar, Alimentación, Sostenibilidad, Desarrollo rural y regional.

## Introdução

Os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs) são experiências bastante difundidas enquanto estratégias de reprodução social de famílias agricultoras e de fomento ao desenvolvimento regional do país. Muitas delas surgem a partir do protagonismo de mulheres rurais, que elaboram alimentos artesanais e ecológicos. Estes alimentos garantem independência e autonomia nos processos de comercialização e construção social dos mercados alimentares, pois circulam através de cadeias curtas de produção e consumo. Além disso, abastecem consumidoras(es) reflexivas(os) e politizadas(os), com alimentos de boa qualidade, produzidos de forma a apoiar dietas sustentáveis (Barbosa, 2009; Sassateli, 2015; Sousa, 2019; Sonnino, 2019; Triches, 2020).

As formas de produção sustentáveis são cada vez mais valorizadas ambientalmente e tornam-se mais viáveis economicamente para as famílias agricultoras, devido ao maior valor agregado que proporcionam. Neste contexto, estão os SAFEs, que geram as matérias-primas *in natura* e as transformam em alimentos mais elaborados e ecológicos com diferenciais ambientais. A força de trabalho e a gestão dos SAFEs são essencialmente familiares e as integrantes da família também são responsáveis pela comercialização dos alimentos, geralmente por meio de cadeias curtas e mercados locais e regionais (Gazolla, 2012; Gazolla et al., 2018).

Estudos evidenciam que a participação das mulheres tem aumentado significativamente na produção, consumo e dietas sustentáveis. São elas as maiores consumidoras de alimentos orgânicos, além de protagonizarem os processos de transição ecológica e criação de agroindústrias familiares. Entretanto, seu trabalho é frequentemente subestimado nas estatísticas oficiais, que não contabilizam o trabalho doméstico, de cuidados e as atividades não econômicas ligadas a trocas, doações de alimentos e produtos agrícolas produzidos por elas em seus quintais (Pacheco, 1997; Siliprandi, 2015; Sousa, 2019).

Diante deste cenário, o objetivo desta pesquisa foi compreender as contribuições das agricultoras na agregação de valor aos alimentos produzidos nos Sistemas Agroindustriais Familiares Ecológicos (SAFEs), no Sudoeste do Paraná (BR). A pesquisa de campo propôs averiguar a atuação das agricultoras nos processos de agregação de valor aos alimentos ecológicos e verificar se as atividades que elas realizam, contribuem para a transformação de papéis sociais de gênero e para o aumento de sua autonomia.

Este artigo é parte da dissertação de mestrado da primeira autora (Demetrio, 2022), a qual teve natureza mista (quali/quantitativa). No entanto, este artigo está baseado nos resultados qualitativos, empregando brevemente dados percentuais dos resultados quantitativos, principalmente relacionados ao método econômico-financeiro de aferição do valor agregado e dos custos produtivos, utilizando-se do calendário de força de trabalho de toda a família (Lima et al, 1995). A etapa qualitativa utilizou o método da história de vida tópica, para identificar as atividades desempenhadas por mulheres agricultoras desde o início da trajetória dos SAFEs (Becker, 1994). Além disso, as entrevistas realizadas com as agricultoras também buscaram conhecer a divisão do trabalho entre as(os) integrantes da família e identificar se a atividade produtiva é capaz de reconfigurar papéis sociais de gênero.

Além desta seção introdutória este artigo conta com mais quatro seções, em que se apresenta o referencial teórico do estudo, os caminhos metodológicos, os resultados da pesquisa e discussões, além das considerações finais.

## Sistemas agroindustriais familiares ecológicos e mulheres rurais

O espaço rural tem sido cenário de grandes transformações ao longo dos últimos anos. Do lado da oferta, mudanças foram motivadas pela modernização e pelo aprimoramento de tecnologias empregadas na produção agrícola e alimentar. Estas mudanças prometiam aumentar a oferta de alimentos a ponto de erradicar a fome e

incluir as famílias agricultoras mais vulneráveis economicamente. No entanto, esse modelo tecnológico da agricultura moderna causou problemas ao meio ambiente, exclusão social, êxodo de agricultoras(es) familiares (AFs) para os espaços urbanos e não conseguiu cumprir com a promessa de retirar as pessoas da situação de fome e insegurança alimentar (Ploeg, 2008; Siliprandi, 2015).

Além disso, estes sistemas experimentaram uma radical industrialização, que atualmente é responsável pelas chamadas Doenças Alimentares Não Transmissíveis (DANTs), como diabetes, obesidade, alguns tipos de câncer, problemas coronários e do coração, entre outras. Essa transformação tem se caracterizado por cadeias longas com vários intermediários entre as(os) agricultoras(es) e as(os) consumidoras(es), globalizando e desterritorializando identitariamente os alimentos. Tal movimento, consolida a dominação exercida por impérios alimentares, os quais apropriam-se das maiores parcelas do valor agregado nas cadeias de produção-consumo, possuindo hegemonia nos mercados (principalmente internacionais) e agindo com suas práticas questionáveis sob o ponto de vista da sustentabilidade e da qualidade dos alimentos (Muchnik, 2006; Ploeg, 2008; Gazolla e Schneider, 2017).

Na contramão destas duas tendências hegemônicas, emergem janelas de oportunidade e brechas que propiciam formas de resistência nas cadeias de produção, distribuição e consumo de alimentos. A partir dos anos de 1990 observa-se o crescimento de iniciativas alternativas, por exemplo, a valorização de produtos regionais, da agricultura familiar e dos modos de produção artesanais, especialmente, pelo surgimento de consumidoras(es) reflexivas(os) e politizadas(os) que passam a exigir alimentos com qualificações diferenciadas, por exemplo, os ecológicos. Estes alimentos são produzidos com menos insumos químicos, alguns possuem denominação de origem, circulam por cadeias curtas, têm maiores níveis de valores agregados e respeitam as práticas de sustentabilidade, estando de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Maluf, 2004; Schneider, 2010; Sassateli, 2015; Brunori et al., 2018).

Neste contexto, estão os Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs), que são formados por dois subsistemas: de um lado, a produção de matérias primas, fibras e produtos agropecuários, que vão alimentar o processamento agroindustrial e os processos de elaboração artesanal de alimentos no segundo subsistema. As características marcantes dos SAFEs são os alimentos possuírem maior valor agregado por conterem qualidades distintas, como artesanidade e sustentabilidade. A força de trabalho e a gestão dos SAFEs são essencialmente familiares, característica da agricultura familiar, em que as(os) integrantes da família também são responsáveis pela comercialização dos alimentos, geralmente por cadeias curtas e mercados locais e regionais (Gazolla, 2012; Gazolla et al., 2018).

Nesse contexto, é importante notar como a divisão sexual do trabalho gera desigualdades de gênero, uma vez que as atividades relacionadas ao cuidado e às responsabilidades domésticas tendem a ser atribuídas às mulheres, mesmo que elas trabalhem em atividades agrícolas, ocasionando uma dupla jornada de trabalho. Para Piscitelli (2009), a desigualdade de atribuição de espaços sociais e papéis diferenciados para homens e mulheres foi realizado pelo pressuposto de haver distinções corporais entre os sexos, especialmente ligadas as capacidades reprodutivas. Dessa forma, tornou-se comum vincular atividades de cuidado, nos espaços domésticos, às mulheres, visto que elas são entendidas pela sua capacidade de conceber e gerar filhas(os). Isso faz com que sua principal função seja considerada a maternidade e o cuidado com a família. A partir dessa classificação, as desigualdades de gênero são naturalizadas.

A autora explica ainda que o desenvolvimento do conceito de gênero foi formulado por pesquisadoras feministas, a partir de lutas sociais que contribuíram na elaboração da crítica aos papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres. Esses estudos apontaram para a construção social da diferenciação sexual, onde os meninos, desde a infância, têm estímulos para desenvolver a agressividade e liderança, enquanto as meninas são estimuladas a “se comportar” e obedecer. A expectativa social do cumprimento destes papéis faz com que meninos que tenham atitudes classificadas como femininas e, vice-versa, sejam considerados indivíduos desviantes.

Dessa forma, as relações sociais públicas, tanto no meio urbano quanto no meio rural, formaram-se através de interações primordialmente masculinas, pois aos homens ficou reservada a esfera pública, como representantes dos interesses de suas famílias. Já para as mulheres, ficou reservada a esfera privada, onde suas atividades estão ligadas aos trabalhos domésticos, alimentação da família, cuidado das(os) filhas(os) e idosas(os). Esse foi um dos fatores que contribuiu para a hierarquia de poder existente nos núcleos familiares, em que os papéis sociais são perpetuados pela divisão sexual do trabalho, que estipula atividades distintas para homens e mulheres (Piscitelli, 2009; Hirata et al., 2009; Beard, 2018).

Por meio da divisão sexual do trabalho, foram estabelecidas classificações e hierarquias entre trabalhos que foram considerados “de homem” e “de mulher”. Aos primeiros, foram atribuídos cargos de liderança devido a sua suposta natureza forte, determinada e viril; e, às mulheres foram associadas as atividades de cuidado e ensino, devido a sua suposta natureza amável, paciente e dócil. Para Federici (2019), o trabalho doméstico, desempenhado gratuitamente pelas mulheres, se diferencia dos outros, pois entra no campo da manipulação disseminada e da violência sutil, perpetuada pelo capitalismo. Para a autora, toda classe trabalhadora é explorada pelo capitalismo, entretanto, o trabalho assalariado é reconhecido e passa certa impressão de “justiça”, pois ter um salário faz parte de um contrato social. Já o trabalho doméstico, está na imposição social e na transformação de uma tarefa em um atributo natural da *psique* e da personalidade feminina e não é reconhecido como trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; Hirata et al., 2009).

No que concerne a desigualdade de gênero no rural, os estudos demonstram que ocorre, a distribuição do trabalho, em que as mulheres têm uma dupla jornada diante das diversas atividades que desempenham nas unidades de produção agrícola. Elas trabalham nas hortas, nas lavouras, cuidam de animais, fazem os serviços domésticos e de cuidados, além de atuar no processamento de alimentos para a família e para venda (Heredia e Cintrão, 2006).

Paulilo (1987), em pesquisa desenvolvida em diferentes regiões do país, observou que o trabalho rural feminino era considerado “leve”, enquanto o masculino era classificado como “pesado”. No entanto, a autora constatou que o “peso” do trabalho não é definido pela dificuldade ou pela quantidade de horas dispendidas, mas pela hierarquia familiar, em que o trabalho dos homens é considerado como principal fonte de renda e o das mulheres complementação ou “ajuda”. Apesar da distinção de nomenclatura, seu estudo identificou que as mulheres desempenhavam atividades tão desgastantes quanto os homens, no entanto, tinham uma significativa diferença em seu pagamento, que poderia ser até menos da metade do valor pago aos homens. Um exemplo disso é o salário que foi pago às agricultoras em 2018, em média R\$ 882,00 enquanto dos agricultores foi de R\$ 1.373,00 (IBGE, 2018, p.12).

No que concerne à atuação das mulheres agricultoras nas agroindústrias familiares, Boni (2005), em pesquisa sobre as relações de trabalho no Oeste de Santa Catarina, verificou que estes empreendimentos contribuem para a permanência das mulheres e das(os) jovens nos espaços rurais, além de propiciar o retorno daquelas(es) que haviam saído. Entretanto, argumenta que a carga de trabalho das mulheres aumenta consideravelmente, pois a estrutura de divisão sexual do trabalho não se altera. Dessa forma, as mulheres dão conta de grande parte do trabalho produtivo realizado nas agroindústrias e do trabalho reprodutivo feito no âmbito doméstico, principalmente devido à proximidade das agroindústrias e das residências. A autora observou que poucas mulheres participavam da comercialização ou negociações dos produtos, e quando havia entrada de grandes quantidades de dinheiro estas eram geridas pelos homens (Boni, 2005).

Ainda sobre essa temática, Kempf (2017) e Kempf e Wedig (2019) analisaram as relações de gênero de uma agroindústria comunitária do município de Pranchita/PR, gerida por sete mulheres, e que se mostrou uma importante fonte de renda para as famílias envolvidas. Para as autoras, a agroindústria trouxe a possibilidade de reconfiguração da distribuição dos espaços sociais com a inserção das mulheres em atividades convencionalmente classificadas como masculinas (como gestão de recursos financeiros e comercialização), além de pôr em evidência o trabalho das agricultoras, anteriormente invisibilizado ou tratado como complementar. A agroindústria se mostrou como uma forma viável de diversificação dos meios de vida das



famílias agricultoras, além de se apresentar como possibilidade de protagonismo dessas mulheres e diminuição da desigualdade de gênero através do empoderamento feminino.

Os estudos aqui citados, têm algo em comum, a saber, na maior parte das vezes a agroindústria não reconfigura os papéis de gênero do âmbito doméstico e de cuidados, pois mesmo quando as mulheres estão à frente dos empreendimentos ou muito envolvidas na produção, há o acúmulo de tarefas, já que as atividades do lar continuam a ser de sua responsabilidade. Neste sentido, a inserção delas nas atividades produtivas se assemelha ao que acontece com as mulheres das cidades pois, apesar de, nas últimas décadas, ocorrer um avanço na autonomia e empoderamento, decorrente do acesso e gestão da renda e da maior participação em espaços públicos, acaba por sobrecarregá-las pela dupla jornada de trabalho e não as emancipar de fato (Federici, 2019).

Quando se fala sobre sistemas de produção e consumo sustentáveis percebe-se que a participação e agência das mulheres tem aumentado significativamente. Na maioria dos casos, a transição ecológica, feita na agricultura familiar, é operacionalizada por mulheres, bem como são elas as principais consumidoras politizadas de produtos orgânicos. Em geral, as dinâmicas de agroindustrialização dos alimentos nas famílias, tanto para autoconsumo como para venda de excedentes nos mercados, são realizados por elas (Siliprandi, 2015; Sousa, 2019).

As autoras citadas demonstram alguns dos caminhos que já foram percorridos nos estudos sobre mulheres rurais. A partir delas, pode-se encontrar semelhanças e diferenças no caso das SAFEs do Sudoeste do Paraná, Brasil, no que diz respeito a sua dinâmica de divisão sexual do trabalho e participação das agricultoras na agregação de valor aos alimentos. Além disso, a pesquisa que deu base a este artigo, demonstrou a importância de se criar e popularizar ferramentas de mensuração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, a fim de construir uma sociedade mais equânime (Demetrio, 2022).

## **Caminhos metodológicos**

Este artigo é parte dos resultados da dissertação de mestrado da primeira autora (Demetrio, 2022). No estudo foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos, sendo que este artigo se baseou mais nos resultados qualitativos.

A etapa quantitativa foi baseada no método do valor agregado de Lima et al. (1995), que busca realizar uma análise econômico-financeira dos SAFEs. O método exige o levantamento das horas trabalhadas pela família em três atividades: produção primária, agroindústria e comércio, bem como todas as rendas e despesas da Unidade de Produção (UP). A inovação do estudo foi incluir nas atividades realizadas pela UP o trabalho doméstico, o que permitiu demonstrar quantas horas mulheres e homens trabalham nas lavouras, agroindústria, comércio e trabalho doméstico, e quanto cada integrante agrega à renda total das famílias agricultoras conforme suas horas de trabalho.

A etapa qualitativa utilizou o método de história de vida tópica, que buscou identificar as atividades desempenhadas pelas mulheres agricultoras desde a formação dos SAFEs. Para Becker (1994, p. 109), a história de vida é um método que oferece riqueza de detalhes, sendo importante em estudos onde a investigação das variáveis é crescente. Dessa forma, esse método pode “fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” fornecendo mais detalhes sobre as vivências das interlocutoras.

A técnica aplicada foram as entrevistas semiestruturadas, realizadas entre setembro e novembro de 2021. A pesquisa, buscou averiguar a atuação das mulheres nos SAFEs, de forma que, a partir de seus relatos, fosse possível identificar seu protagonismo e possíveis mudanças que elas provocaram na estrutura social das famílias agricultoras. Devido a pandemia do Covid-19, as entrevistas foram realizadas via telefone ou on-line (*Google Meet*), com mulheres agricultoras de doze (12) SAFEs, indicados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) que se localiza no município de Pato Branco, Paraná (BR), com o qual tem-se um termo de cooperação técnica de pesquisa. O critério de escolha dos SAFEs foi serem ecológicos ou o que a literatura denomina em processo de transição ecológica.

Já a inclusão das mulheres foi feita pelo critério de ser participante da produção agroindustrial familiar (atividades de produção primária, agroindústria, comercialização, administração e trabalho doméstico), sendo o convite para participar de pesquisa dirigido “às mulheres da família”. Assim, participaram da pesquisa: as mulheres agricultoras responsáveis pela produção, aquelas com responsabilidade compartilhada com o cônjuge e as que são associadas (que trabalham, porém, não participam da gestão da renda e decisões). Elas contaram como foi o processo de criação dos SAFEs e qual foi sua participação na época e no presente, evidenciando as atividades desempenhadas em diversas áreas, dedicando várias horas de trabalho. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, apreciadas por meio da análise de conteúdo (Moraes, 1999).

A Tabela 1 demonstra os municípios onde os SAFEs realizam suas atividades, o ano de criação de cada um deles, o número de integrantes, os alimentos produzidos e o tamanho da unidade de produção. Observa-se que os SAFEs variam em termos de ano de criação (de 2000 a 2018), número de integrantes (de 2 a 5), alimentos produzidos e a área total em hectares. Nota-se que elas são diversificadas, com processamento de alimentos que vão desde morangos, leite, panificados, hortifruti, hortaliças, mel entre outros, os quais também são consumidos pelas famílias. A área total dedicada a esses SAFEs soma 236,7 hectares, com uma média de 13,89 hectares por SAFE, demonstrando que eles têm as principais características da agricultura familiar: pequena escala de produção, áreas limitadas, força de trabalho familiar e uma porcentagem da produção destinada para autoconsumo.

**Tabela 1**  
Características dos SAFEs investigados

SAFEs	Município	Ano de criação	Integrantes	Alimentos	Área (ha)
1	Chopinzinho	2018	3	Morango, leite e panificados.	29,04
2	Coronel Vivida	2009	2	Panificados e hortifruti.	12,1
3	Vitorino	2017	4	Hortaliças	9,6
4	Pato Branco	2004	5	Hortaliças	6
5	Honório Serpa	2006	4	Mel e leite.	31
6	Honório Serpa	2013	3	Hortaliças	9,6
7	Pato Branco	2000	3	Hortifruti e derivados de cana-de-açúcar.	3
8	Palmas	2019	4	Hortifruti, molhos e geleias.	7,26
9	Pato Branco	2015	4	Morangos.	2,5
10	Pato Branco	2018	3	Panificados.	25
11	Honório Serpa	2011	4	Panificados, feijão e trigo.	22,3
12	Coronel Domingos Soares	2016	3	Hortaliças	9,3
<b>Soma</b>			42		236,7
<b>Média</b>			3,5		13,89

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

As agricultoras entrevistadas tinham entre 27 e 54 anos, sendo a média de idade do grupo de 42 anos. Seis das 12 entrevistadas não concluíram o ensino médio, 4 delas pararam os estudos ainda no ensino fundamental e 2 chegaram ao ensino médio, mas não terminaram. A agricultora do SAFE 11 afirmou que não tinha acesso a transporte para ir estudar na cidade e, por conta disso, largou os estudos. Apenas 6 das 12 mulheres concluíram o ensino médio e duas delas tinham formação em curso superior, mas uma delas não exerce a profissão de agricultora.

Sete (7) das doze (12) entrevistadas já eram agricultoras antes da agroindústria, mas as famílias eram produtoras de leite, verduras no cultivo modernizado (com agroquímicos) e monoculturas (soja e milho). Houve quatro (4) mulheres que migraram para o espaço rural, sendo que nas cidades trabalharam como zeladoras, merendeiras, empresárias, professoras e vendedoras de móveis. E uma das mulheres, que era a única sem filhas(os), não exercia a profissão de agricultora, sendo a contadora da unidade de produção chefiada por seu marido. Onze (11) das entrevistadas tinham pelo menos um filho ou filha, sendo a média 2 filhos(as) por família e o máximo de 4 filhos(as).



Na pesquisa de campo foi analisada a trajetória de participação das mulheres na construção dos SAFEs, sua atuação nos processos de agregação de valor aos alimentos e se estas atividades contribuem para a transformação dos papéis sociais de gênero e na construção de maior autonomia delas nos espaços rurais. Portanto, visou-se discutir processos sociais específicos em torno dos papéis desempenhados pelas mulheres rurais e as transformações de gênero ocorridas em direção a construção de estratégias de desenvolvimento humano e rural.

## A contribuição do trabalho das agricultoras nos SAFEs

As entrevistas com as agricultoras demonstram que elas são majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico, que por vezes é dividido com as filhas e, em menor proporção, com os filhos. Isso já é um indício do que Paulilo (2016) expõe quando afirma que a atuação das agricultoras em atividades consideradas produtivas, em geral não reconfigura os papéis de gênero em curto prazo. Isso também é observado entre as trabalhadoras urbanas, como discute Federici (2019), ao afirmar que a ocupação das mulheres no mercado de trabalho, na maioria dos casos, não gera empoderamento e autonomia, mas sim, dupla jornada de trabalho.

Neste sentido, alguns elementos clássicos dos estudos de gênero no campesinato e na agricultura familiar, se reproduzem nos SAFEs investigados nesta pesquisa (Menasche et al., 1996; Boni, 2005; Menezes e Almeida, 2013; Paulilo, 2016; Kempf, 2017; Kempf e Wedig, 2019). Pode-se observar que, apesar da maior participação das mulheres em atividades nos espaços públicos, como na comercialização, no contato com as instituições de assistência técnica, nos sindicatos, cooperativas e associações, a característica marcante da divisão sexual do trabalho se mantém, pois, o trabalho doméstico e o processamento dos alimentos ainda são desempenhados, em grande parte, pelas mulheres.

Em nenhum dos SAFEs foi observada a divisão do trabalho doméstico com os esposos, apenas com os filhos que fazem trabalhos como limpar o quintal, as calçadas e lavar a louça. Somente quando as mulheres ficam doentes ou viajam, é que os homens assumem algumas atividades, como cozinhar e limpar o banheiro. A maioria das entrevistadas (7/12) mencionou que o trabalho doméstico não é sua prioridade – visto que a produção primária e a agroindústria ocupam parte significativa do tempo delas –, no entanto ele precisa ser realizado diariamente. Sobre essa questão a agricultora do SAFE 1 afirmou: “*Agora o trabalho doméstico é meio que abandonado, [risos] porque a gente tem que produzir. A gente faz mais o básico mesmo, mas como eu fazia antigamente, eu não faço mais.*” (Entrevistada Safe 1, 2021).

Elas contam que as atividades domésticas essenciais, no dia a dia, geralmente são realizadas durante a noite, conforme expresso pela agricultora do SAFE 2: “*Mas o tempo que sobra vai nesse [trabalho doméstico], até meia noite às vezes [risos]. Tem vezes que vai até uma hora [da manhã] fazendo e arrumando as coisas. Porque sou só eu. Não tem quem mandar.*” (Entrevistada Safe 2, 2021). Geralmente a limpeza mais intensa da casa é feita nos finais de semana, em que elas dedicam de meio a um dia de trabalho para estas tarefas.

Nenhuma das agricultoras soube dizer, precisamente, quantas horas por dia dedicam ao trabalho doméstico. Isso se deve, principalmente, porque realizam um conjunto de atividades concomitantes, por exemplo, ao mesmo tempo em que preparam o almoço, varrem a casa, colocam roupa para lavar e atendem as necessidades das(os) filhas(os). Segundo Bárbara Ferrito (2021), um dos grandes desafios metodológicos para as pesquisas de uso do tempo do trabalho doméstico e de cuidado são as atividades simultâneas, pois a soma do tempo gasto geralmente envolve as 24 horas do dia. Para a autora, a gestão do trabalho doméstico, que demanda trabalho mental das mulheres, também é uma barreira de captação dos dados sobre o uso do tempo, pois é difícil mensurar quanto tempo elas gastam pensando naquilo que deve ser feito. Sobre essa dinâmica de trabalho, as agricultoras afirmaram:

[...] *quando eu venho para fazer o almoço, eu coloco a roupa para bater, limpo a casa. Coloco a roupa [para lavar], aí eu vou lá coloco o arroz e o feijão para cozinhar e a carne, e o que mais eu vou fazer para o almoço. Enquanto cozinho, eu varro a casa e passo pano. É tudo de uma vez só. Sabe quando você faz tudo junto?!* (Entrevistada Safe 7, 2021).

[...] *you tem que ser, tipo assim, coloca a roupa na máquina, enquanto a máquina está batendo eu vou fazer alguma coisa, amasso pão [...]* *E eu consigo conciliar, tenho que conciliar.* (Entrevistada Safe 10, 2021).

O que se pode observar é que as mulheres sempre tentam conciliar a rotina de atividades domésticas e produtivas. Nos casos em que há divisão do trabalho doméstico este é feito com as filhas, como pontuado por Boni (2005) e Kempf (2017). As filhas passam a ser a principal fonte de auxílio das agricultoras, tanto na divisão do trabalho doméstico quanto nas atividades da agroindústria. Em três dos casos pesquisados, os filhos dividem algumas atividades com as agricultoras, geralmente em tarefas voltadas a limpeza externa da residência ou cozinhar, mesmo assim, 95% do trabalho doméstico fica a cargo das mulheres da casa. Em um dos casos (SAFE 10), a divisão do trabalho é feita com a mãe da agricultora, que é idosa, e executa o trabalho doméstico. Este achado corrobora com o estudo de Jesus, Wajnman e Turra (2018), que evidenciou que as mulheres trabalham nesta atividade até os 90 anos.

O trabalho de cuidado foi pouco contemplado pela pesquisa, devido à dificuldade de aprofundamento e mensuração desses dados. O que se pode identificar é que as agricultoras, geralmente, são responsáveis pelo cuidado das crianças, dos idosos, dos familiares doentes e pelo apoio emocional desses. Em 5 casos as mulheres disseram que cuidam de pessoas doentes e prestam apoio emocional para a família. Em outros cinco casos, elas afirmaram que tanto o trabalho de cuidados com os doentes quanto o apoio emocional são feitos em conjunto com o esposo. Em um dos casos a entrevistada afirmou que não precisou cuidar de doentes ainda e que o esposo presta apoio emocional; em outro, a agricultora cuida dos doentes, mas a filha é quem presta o apoio emocional. Sobre a realização dessas tarefas, elas contam:

*Quem que faz? [risos] Sou eu mesma quem tem que fazer tudo isso [risos]! Eu posso estar doente, mas eu tenho que ajudar os outros ainda [risos]. Às vezes você está precisando, mas o outro está [mais doente] aí você ajuda o outro para daí se ajudar. [...] É a mãe que tem que se preocupar com os filhos, com os netos, com os genros, com as noras, com o esposo, com tudo. É a mãe mesmo, a mãe 'véia'! Até que tenha [força].* (Entrevistada Safe 2, 2021).

*Daí isso é os dois que fazem, mas acho que mais ainda sou eu, porque a gente tem mais aquele... a gente percebe, não sei se é um dom da gente mesmo. É que a gente percebe primeiro, a gente tem uma visão diferente. Mas mais ainda sou eu e se não, nós dois juntos assim.* (Entrevistada Safe 9, 2021).

Para Hirata (2016) o trabalho de cuidado é um conjunto de práticas psicológicas e materiais que visam suprir as necessidades dos outros, isso significa que ele vai além de alimentar e vestir. O cuidado envolve afeto e foi naturalizado como atividade de mulher, uma forma de expressar amor para com seus familiares. Dessa forma, a atenção emocional, assim como o alimentar, aquecer, banhar e vestir, faz parte do trabalho de cuidado e se configura como uma carga mental para as mulheres. Herrera (2019), afirma que para as mulheres rurais a orientação produtiva também é perpassada pela dimensão do cuidado, pois como elas são imprescindíveis para viabilizar a produção agrícola, é necessário que a unidade de produção seja organizada de forma a facilitar este deslocamento de atividades, por exemplo, construir um chiqueiro ou estufas perto da casa da família.

Neste sentido, a dimensão de tempo de trabalho produtivo e reprodutivo se torna difícil de separar. Por isso Ferrito (2021) afirma que o tempo gasto no trabalho de cuidado é subestimado, pois ele se desenrola em meio a outras atividades. Esse é o caso da agricultora do SAFE 11 que tem uma neta de dois anos, a qual ela cuida em tempo integral. Dessa forma, enquanto ela e a filha estão na cozinha preparando os panificados, elas ainda prestam atenção no que a criança está fazendo, se está aquecida, se tem fome ou sede e se está segura. A principal desigualdade identificada é que este trabalho é desempenhado exclusivamente pelas mulheres.

No tocante ao trabalho que envolve a comercialização dos alimentos e as decisões de produção dos SAFEs, as mulheres também participam ativamente, principalmente na agroindústria em que trabalham 75% das horas totais da família. Das 12 unidades de produção investigadas, apenas 2 tinham os homens como chefes da produção, sendo que em uma delas (SAFE 8) a esposa do agricultor não trabalha na agroindústria. Em 3 SAFEs (2, 7 e 10) as agricultoras são responsáveis por todas as decisões de produção da agroindústria, em 6 SAFEs as decisões são tomadas em conjunto e em 1 deles segue as orientações da cooperativa que participam.

A inserção das agricultoras nas decisões de produção é um importante dado encontrado, pois indica que existe um movimento de mudança da lógica patriarcal do homem como principal administrador das unidades de produção familiares. Isso pode indicar que a figura do pai-patrão, o qual é o dono dos meios de produção e dispõe do poder de delegar as tarefas entre as(os) integrantes da família, identificado em estudos anteriores (Woortmann e Woortmann, 1997), pode abrir espaço para uma administração conjunta, onde toda a família se envolve na produção e gestão democraticamente.

Entretanto, a inclusão das agricultoras nas decisões de produção nem sempre significa que elas têm acesso facilitado a renda da família. A indivisibilidade da renda agrícola foi apontada por Chayanov (1974), como um movimento bastante comum nas famílias agricultoras. Neste modo de administração, não existe uma renda para cada integrante, pois todos os ganhos são centralizados, geralmente, na conta bancária do pai/esposo.

Foi importante notar que duas (2) agricultoras não têm acesso fácil ao dinheiro, pedindo ao esposo quando precisam de algo, como relatou a agricultora do SAFE 4: “*Tem que pedir para ele, eu não mexo na conta dele.*” Devido a isso, frequentemente elas precisam explicar por que precisam do dinheiro. Quando indagada sobre se a agroindústria aumentou sua independência financeira, a Entrevistada do SAFE 3 comentou:

*Aumentou minha dependência* [risos]. [Ao ser indagada sobre a divisão do dinheiro]:

*Não, aqui é tudo junto. É tudo junto não tem como separar uma coisa.*

[Ao ser indagada sobre o uso do dinheiro]]

*A gente conversa e ele tem que me dar, não tem o que fazer* [...].

*Eu compro as coisas para ele também, essa semana eu comprei 2 tênis, comprei calçado para todo mundo* [...]. (Entrevistada Safe 3, 2021).

Em outros casos, as agricultoras afirmaram que a agroindústria aumentou a sua independência financeira, mas a relação com o dinheiro ainda não mudou totalmente, como evidenciado pela fala da agricultora do SAFE 1:

*A conta no banco é conjunta.* [Ao ser indagada sobre a liberdade do uso do dinheiro proveniente da agroindústria]

*Sim e não* [risos]. *Dizer assim que não tem que dar satisfação é mentir. Por mais que, digamos, meu marido não fala nada, mas acho que eu, sei lá, eu começo, eu sinto que eu tenho que dar satisfação* [risos].

*Ele não me cobra, mas assim ele não me cobra, mas se ele perguntar um negocinho eu já acho que está me cobrando* [risos]. *Ele não é de me cobrar, de me dizer: “ah! o que você fez?” Mas assim, eu me sinto cobrada quando ele pergunta: “ah e aquele dinheiro?” Não sei, qualquer pergunta, daqui que pergunte, eu já me sinto brava, então eu acho que é assim uma coisa, sei lá, minha mesmo. A gente foi criada com um tabu, alguma coisa assim.*

*É, que já vem dentro da gente. Sempre tem que dar satisfação. Me sinto assim, tenho que falar, mas ele não chega e me pergunta, nem chega a me cobrar assim: “por que você fez isso?” Ele não fala nada, mas eu me sinto cobrada se ele me perguntar qualquer pergunta como, “o que que você fez com dinheiro?” alguma coisa assim...* (Entrevistada Safe 1, 2021).

A agricultora do SAFE 7 é uma das mulheres que administra sozinha uma parte da renda proveniente da agroindústria. Para ela a atividade aumentou a sua independência financeira, entretanto, ela menciona que sempre existe instabilidade porque “a agricultura depende muito da natureza” então é preciso ter um planejamento financeiro e ter uma reserva de emergência para poder passar com tranquilidade por eventos como estiagem e geadas, que fazem o volume da produção cair. Cabe salientar, que ela administra apenas a renda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>1</sup> e não de todas as atividades do SAFE. A entrevistada afirmou que pediu para o esposo para cuidar dessa parte da renda há 3 anos, mesmo período em que a família passou a ser certificada pela Rede Ecovida de Agroecologia. Sobre ser a administradora do dinheiro da agroindústria, ela afirmou:

*Amo isso [administrar o dinheiro], porque não sei, eu sempre tinha uma vontade de fazer as coisas que eu gostava, eu queria ver feito do meu jeito, eu queria tanto que fosse assim. E para ser assim, eu precisava ter o dinheiro e administrar essa parte e fazer conforme eu queria (Entrevistada Safe 7, 2021).*

A fala da agricultora demonstra que o maior envolvimento na administração da renda é parte de um sonho que se realiza, de poder planejar melhorias e executá-las. Ela afirmou que desde que começou a administrar a renda do PNAE investiu em estufas, fez um estoque de terra adubada, comprou utensílios para aumentar o conforto da casa e ainda mantém a agroindústria funcionando com a compra mudas, lonas e todos os insumos necessários. Além disso, essa agricultora aprendeu a trabalhar com aplicativos de banco, por onde faz todas as negociações financeiras, como pagamento de boletos e transferências.

Em alguns casos, como no SAFE 2, 10 e 11, a administração do dinheiro sempre foi feita pelas mulheres, pois a agroindústria foi criada por elas e permanece sob sua gestão. A agricultora do SAFE 2 afirmou que cada um tem sua conta no banco separada, que eles decidem a maioria dos assuntos em conjunto e que ela não precisa prestar contas para o esposo sobre como usa o dinheiro. A agricultora do SAFE 10 administra o dinheiro da agroindústria e mais as aposentadorias dos pais idosos. Ela afirmou que eles unem os ganhos para investir na unidade de produção e comprar os itens necessários para a casa. Sobre a independência financeira que veio por meio da atividade da agroindústria, a agricultora do SAFE 11 expressou:

*Eu percebo mesmo [mais independência financeira]. Nossa, pense o quanto que é bom. Porque quando a gente “lidava” junto, tudo era aquela coisa, que a maioria das coisas era preciso pedir para o marido isso, pedir para o marido aquilo. Agora a gente tem o dinheiro da gente mesmo. Não precisa pedir. Antes qualquer coisa que a gente quisesse comprar, um perfume, uma coisa qualquer, pedia para o marido. Assim a gente se torna mais independente (Entrevistada Safe 11, 2021).*

O acesso a renda é intimamente ligado ao consumo, dessa forma, as entrevistadas foram questionadas sobre quando foi a última vez que adquiriram um bem para si. Seis agricultoras (SAFEs 1, 2, 5, 7, 9 e 11) haviam comprado algo para si nos últimos 15 dias anteriores a entrevista, sendo que os itens adquiridos foram roupas, calçados, creme para cabelo, tratamento dentário e um carro, que foi comprado em conjunto com a filha. Cinco entrevistadas (SAFEs 1, 4, 6, 8 e 10) compraram um bem para si nos últimos 4 meses a 2 anos atrás, entre os seguintes itens: coturno, calça, anel e corrente e um carro. A agricultora do SAFE 12 não soube dizer quando foi a última vez que comprou algo para si, pois, segundo ela, fazia muito tempo.

Neste sentido, percebe-se que administrar o dinheiro não é somente uma nova atribuição para as mulheres agricultoras, é um novo mundo de possibilidades e novos aprendizados que se abre, a partir do momento que elas podem ter em mãos os frutos de seu trabalho. Dessa forma, elas têm a liberdade para escolher o que desejam fazer, se querem reinvestir o dinheiro na produção, comprar objetos para si ou para suas casas; em suma, este movimento, que parece simples, empodera e aumenta a independência delas. Este dado da pesquisa difere de alguns outros casos empíricos apresentados pela literatura, em que a atividade das mulheres passa a ser gerida pelos esposos quando esta passa a tiver um aumento de ganho econômico, retirando delas a possibilidade de administrar a renda (Menasche et al., 1996; Menezes e Almeida, 2013).

Outra ferramenta que gera autonomia para as agricultoras é a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Das 12 entrevistadas 4 eram habilitadas a dirigir (SAFEs 1, 8, 10 e 11), 1 não é habilitada, mas sabe dirigir (SAFE 6) e 1 tem planos de iniciar as aulas para habilitar-se (SAFE 9). A agricultora do SAFE 7 não afirmou ter CNH, mas pode-se deduzir que ela ou a filha tem o documento, pois elas vão para a feira sem a companhia do esposo. As demais (5) não possuem o documento.

A CNH é um importante instrumento de empoderamento e promoção da autonomia das mulheres, pois, além de garantir independência em sua mobilidade, pode ser fundamental diante das diversas violências enfrentadas diariamente. Dessa forma, saber dirigir e ter um veículo a disposição é um fator que aumenta a segurança das mulheres. No estudo de Demetrio (2019, p. 60), realizado com as agricultoras feirantes de Guarapuava-PR, o secretário de agricultura do município admitiu que a falta da carteira de habilitação poderia ser “um fator limitante para a atividade econômica da mulher, pois muitas vezes elas demonstram ter vontade de vir para a cidade vender seus produtos e alimentos, porém dependem do marido para o transporte”. Para Schmitz (2014), a carteira de habilitação está ligada a diversos aspectos da autonomia das mulheres, como ter seu próprio negócio, fazer as vendas da agroindústria, entre outras coisas que a CNH pode possibilitar.

Acerca da participação das mulheres no âmbito da criação dos SAFEs, observou-se que, em muitos casos, foram elas que entraram em contato com o IDR, buscaram informações sobre a confecção dos selos e códigos de barra, e outros assuntos de registros necessários para a regularização da agroindústria. Sobre esse aspecto, a literatura demonstrou, referindo-se a outros contextos de pesquisa e temporalidades, não ser um campo de constante participação delas (Heredia e Cintrão, 2006; Schwendler, 2009; Paulilo, 2016). Nos casos analisados neste artigo, as agricultoras foram protagonistas e tomaram a iniciativa em espaços que não são reconhecidos socialmente como pertencentes às mulheres. Isso aconteceu principalmente nos SAFEs que foram criados por elas, mas também, em unidades de produção que foram criados em conjunto.

Da mesma forma, verificou-se a significativa participação das mulheres agricultoras na criação e consolidação de mercados, nas decisões de produção e comercialização dos alimentos. Esse é um dado que demonstra transformações nos papéis desempenhados por homens e mulheres nos espaços rurais. Um exemplo disso é a agricultora do SAFE 7, a qual afirmou que era seu sonho produzir verduras e vender na feira, sendo para ela uma grande realização este trabalho. Outro destaque é a participação das mulheres na consolidação dos mercados digitais. A pesquisa identificou que, na maioria dos casos (9/12), são elas que atendem as(os) clientes em aplicativos de mensagem, como relatam:

*[...] as vezes as meninas falam que eu estou de secretaria em casa, porque passo mais tempo no celular do que trabalhando. É um cliente que liga ou manda mensagem e a gente gosta de atender todo mundo. Nem sempre a gente consegue atender. Quando tem uma boa produção é legal, é tão bom quando a gente pode fornecer [...] não é porque a gente não faz a entrega, que a gente não sai de casa, que a gente não faz a comercialização [...]* (Entrevistada Safe 9, 2021).

*[...] então na sexta-feira de manhã eu ponho a foto do que eu tenho no grupo das verduras, que a gente tem o grupo, tem ali umas 40, 50 pessoas, a gente adicionou. Daí põe as fotos, a pessoa encomenda o que quer e a gente vai tirando e vai organizando para no sábado já levar. Daí sob encomenda a gente leva [...]* (Entrevistada Safe 6, 2021).

Em tempos de pandemia e isolamento social, a comercialização de alimentos por mercados digitais aumentou e as mulheres tiveram grande participação neste movimento. Dessa forma, pode-se afirmar que o comércio por meio de plataformas digitais também é um fator de transformação dos papéis de gênero, pois atualmente as mulheres estão cada vez mais envolvidas com a comercialização dos alimentos, o que as leva a ter mais socialização com pessoas de fora da unidade de produção, mesmo que seja por meio de espaços digitais. Neste sentido, as dimensões público e privado se cruzam, devido as novas possibilidades que os mercados alimentares digitais oferecem.

Outro fator de transformação dos papéis de gênero, identificado pela pesquisa, foi a participação das agricultoras em mercados institucionais, como PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>2</sup>. Através



desta interação as agricultoras passaram a ter mais contato com a assistência técnica e tratam de assuntos burocráticos, principalmente aquelas que trabalham com panificados, devido a necessidade de adequar as cozinhas e o modo de preparo à legislação sanitária. Por meio destes programas, agricultoras também foram capazes de ter a sua própria renda, como no caso da agricultora do SAFE 7, que administra os rendimentos do PNAE. Estes programas demonstram a importância das políticas públicas para a inclusão produtiva das mulheres e a transformação nos papéis de gênero, influenciando na autonomia das agricultoras.

A maioria delas (9/12) afirmou participar de algum tipo de curso de capacitação, seja referente a produção primária ou ao processamento dos alimentos. As instituições mais citadas foram o IDR, as prefeituras municipais, sindicatos, associações e cooperativas das quais as famílias agricultoras faziam parte. Estas instituições foram responsáveis pela promoção de cursos de plantio, boas práticas no manejo de alimentos, organização da unidade de produção, produção de adubo, produção de queijos, plantio e processamento de plantas medicinais, entre outros. A maioria das mulheres (10/12) não indicou alguma ação que fosse promovida diretamente para elas, somente as agricultoras do SAFE 7 e SAFE 1 afirmaram participar de atividades ligadas ao empoderamento feminino, a primeira por intermédio da Rede Ecovida de Agroecologia e a segunda pela Associação de Mulheres Rurais (AMR), de Chopinzinho.

O auxílio prestado por estas instituições, geralmente, foram ligados a oferta de cursos e socialização de conhecimentos. Somente a agricultora do SAFE 1, recebeu uma máquina de fazer pães da AMR, quando estava iniciando as atividades da agroindústria. As agricultoras dos SAFEs 4, 5 e 8 não participaram de cursos de capacitação, sendo que a agricultora do SAFE 4 não utilizou, diretamente, nenhum serviço das instituições. A entrevistada do SAFE 8 não é agricultora e do SAFE 5 recebeu link de cursos para assistir *on-line* das técnicas e agrônomas do IDR.

Portanto, o que se observou, através das entrevistas realizadas com mulheres agricultoras dos SAFEs é que existe um movimento de transformação dos papéis de gênero, principalmente na inclusão delas nos espaços de decisão, gestão da renda e comercialização, seja digital, institucional ou presencial. Entretanto, estas novas atividades atribuídas às agricultoras não equalizam a carga de trabalho doméstico, que, em todos os casos, ainda fica sob responsabilidade delas. Portanto, pode-se afirmar que a inclusão produtiva das agricultoras requer, em contrapartida, a inclusão dos homens no trabalho reprodutivo, para que haja uma distribuição justa de horas trabalhadas e de descanso.

## Considerações finais

Esse artigo buscou compreender as contribuições das mulheres agricultoras na agregação de valor aos alimentos produzidos nos SAFEs do Sudoeste Paranaense. Os resultados demonstram que elas são responsáveis por atividades ligadas a reprodução da família, além de serem protagonistas no trabalho produtivo. O trabalho por elas realizado é, constantemente, invisibilizado e, além disso, elas dispõem de pouco tempo para atividades de descanso e lazer. Neste sentido, observou-se que elas sempre buscam conciliar o trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho nos SAFEs, o que gera o que a literatura têm denominado de dupla jornada.

As agricultoras foram essenciais para o início das atividades dos SAFEs. Elase destacaram pela atuação em espaços públicos como assistência técnica, sindicalismo, cooperativas e associações. A participação delas também foi fundamental no acesso da família aos mercados institucionais (PNAE e PAA) e digitais (vendas por *WhatsApp*). Em alguns casos, geralmente ligados ao processamento de panificados, elas estiveram à frente da criação da agroindústria, em contato direto com o IDR, prefeituras e instituições bancárias.

Através da pesquisa realizada foi possível identificar que elas têm grande participação na agroindústria, trabalho doméstico e comércio, além de participar de atividades na produção primária em menor proporção. Cerca de 75% das horas trabalhadas na agroindústria fica a cargo delas, que têm na agroindústria a continuidade das atividades que desempenhavam em suas cozinhas, para o sustento da família. O trabalho doméstico é desempenhado por elas, com auxílio das filhas e, em menor proporção, dos filhos.



A significativa participação das mulheres na comercialização dos SAFEs foi um outro achado da pesquisa, visto que pesquisas anteriores com mulheres rurais, em outros contextos, observaram que elas não ocupavam (ou ocupavam pouco) estes espaços. A maior participação das agricultoras em espaços de decisão, gestão da renda e contato com instituições como IDR, prefeituras e bancos demonstram que elas estão ocupando espaços públicos e tendo mais autonomia e independência para tomar decisões nas unidades de produção.

Foi possível identificar que a inclusão produtiva das mulheres nos SAFEs não reconfigura os papéis sociais de gênero, pois, em todos os casos, elas ainda são responsáveis por cerca de 95% do trabalho doméstico, sendo este dividido apenas com suas filhas e os outros 5% com os filhos, sem nenhuma participação dos esposos. Isso demonstra que as agricultoras enfrentam uma dupla jornada de trabalho, pois mesmo quando terminam as atividades ligadas a produção dos alimentos, elas continuam trabalhando nas atividades domésticas e de cuidado.

Os estudos sobre mulheres rurais que foram referência para este artigo destacam como a divisão sexual do trabalho perpetua desigualdades, atribuindo às mulheres responsabilidades domésticas devido às supostas características relacionadas à maternidade e ao cuidado. Essa divisão socialmente construída cria expectativas sobre os comportamentos adequados para homens e mulheres, limitando as oportunidades e reforçando estereótipos de gênero, além de frequentemente gerar uma sobrecarga de trabalho para elas. Além disso, considerar que o trabalho doméstico é uma habilidade inata das mulheres invisibiliza suas horas de trabalho nestas atividades, as quais são fundamentais para a reprodução social e qualidade de vida das famílias.

## **Agradecimentos**

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que permitiu a dedicação exclusiva ao desenvolvimento desta pesquisa (processo 88887.480987/2020-00).

## Referências

- Barbosa, L. (2009). Tendências da alimentação contemporânea. In M. de L. Pinto y J. K. Pacheco (Org.), *Juventude, consumo e educação 2* (pp. 15-64). ESPM.
- Becker, H. S. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Beard, M. (2018). *Mulheres e o Poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Boni, V. (2005). *Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://ufsc clima.br/>
- Brunori, G., Cerruti, R., Medeot, S. & Rossi, A. (2018). Looking for alternatives: the construction of the organic beef chain in Mugello, Tuscany. *International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology*, 7(1), 126-143.
- Chayanov, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Demetrio, M. (2022). *Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Demetrio, M. (2019). *Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial das mulheres do campo de Guarapuava* [Monografia]. Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, Paraná, Brasil
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferrito, B. (2021). *Direito e desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos*. São Paulo: LTr Editora Ltda.
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de Conteúdo* (2. ed). Brasília: Liber Livro.
- Gazolla, M. (2012). *Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Gazolla, M., Lima, A. J. P. de y Brignoni, C. (2018). Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 9, 239-263.
- Gazolla, M. & Schneider, S. (2017). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*. Porto Alegre: UFRGS.
- Heredia, B. M. A. & Cintrão, R. P. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, 8(9).
- Herrera, K. M. (2019). *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França, Japão. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(24), 53-64.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>
- Hirata, H., Leborie, F., Doaré, H. L. & Senotier, D. (2009). *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Naira Pinheiro. São Paulo: Unesp.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. divulgação especial, mulheres no mercado de trabalho*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=2101641&view=detalhes>
- Jesus, J. C., Wajnman, S. & Turra, C. M. (2018). *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência*. Anais do XXI Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Poços de Caldas.
- Kempf, R. B. (2017). *A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Tecnológica Federal do Paraná. <https://www.utfpr.edu.br/>
- Kempf, R. B. y Wedig, J. C. (2019). Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. *Mundo Agrario*, 20(43).
- Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1), 299-322.
- Menasche, R., Torrens, J. C. S., Escher, M. S. & Barguil, S. R. (Coord.). (1996). *Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: DESER/CEMTR.
- Menezes, S. S. M. & Almeida, M. G. (2013). Reorientações produtivas na divisão familiar do Trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In D. Neves e L. Medeiros (Ed.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp. 129-146). Niterói: Alternativa.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Muchnik, J. (2006). Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificacións y competencias de los consumidores. *Agroalimentaria*, 11(22), 89-90.
- Pacheco, M. E. L. (1997). Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. *Proposta*, 25(71), 30-38.
- Paulilo, S. M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, 28.
- Paulilo, M. I. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC.
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In H. B. Almeida y J. Szwako (Org.), *Diferenças, igualdade* (Cap. 3, pp. 116-149). Berlendis Editores Ltda.
- Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Schneider, S. (2010). Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*, 4(1), 85-131.
- Sassateli, R. (2015). Contestação e consumo alternativo: a moralidade política da comida. *Tessituras*, 3(2), 10-34.
- Schmitz, A. M. (2014). *O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Siliprandi, E. (2015). *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Sonnino, R. (2019). Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. *Redes*, 24(1), 14-29.
- Sousa, E. A. (2019). *Atributos de qualidade valorizados pelos consumidores de produtos agroalimentares em cadeias curtas de proximidade espacial* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Triches, R. M. (2020). Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. *Saúde Debate*, 44(126), 881-894.

Woortmann, E. F. e Woortmann, K. (1997). A etnografia do processo de trabalho. In E. Woortmann e K. Woortmann (Ed.), *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* (pp. 192). Brasília: Editora da UnB.

## Notas

1 Política pública do Governo Federal brasileiro que fornece comida saudável para estudantes de escolas públicas de todas as idades, promovendo alimentação adequada e apoiando a agricultura local a partir da compra de alimentos de agricultores familiares e seus empreendimentos, utilizando, no mínimo, 30% dos recursos públicos para isso. Mais informações em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa/paa-ci/pnae/pnae#:~:text=O%20PNAE%20tem%20car%C3%A1ter%20suplementar,ano%20anterior%20ao%20do%20atendimento>

2 Programa do Governo Federal brasileiro, existente desde 2003, que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação mais saudável para as entidades e organizações sociais que recebem os alimentos e incentivar a agricultura familiar local, a partir das compras públicas dos seus alimentos e produtos. Mais informações em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>